

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO

N.º 3 / Acção 3.1.1 / 2012

Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola

(Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 905/2009 de 14 de Agosto, Portaria 814/2010 de 27 de Agosto de 2010 e Portaria 228/2011 de 09 de Junho de 2011)

Nos termos do Regulamento de aplicação da Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são propostos pelo GAL-Leadersor e decididos pelo Gestor do PRODER, sendo divulgados pelo GAL e pela AG através, respectivamente, do sítio da Internet da Leadersor e do PRODER e publicado num jornal regional.

O presente aviso para apresentação de pedidos de apoio é definido nos termos seguintes:

1. Objectivos dos projectos a apoiar e prioridades visadas

Os apoios previstos no âmbito do presente regulamento visam estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas nas explorações agrícolas criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

2. Tipologia das intervenções a apoiar

No âmbito dos objectivos das intervenções, são susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de operações:

a) Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo no espaço rural – no grupo de agro-turismo, parques de campismo e/ou caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas – CAE 55202; 55204; 553, 559;

b) Serviços de recreação e lazer - CAE 91042, 93293, 93294;

(desde que declaradas de interesse para o turismo, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 22/98, de 21 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2002, de 3 de Janeiro).

c) Produção de bens resultantes de actividades de transformação (quer sejam produtos constantes do anexo I do Tratado ou não);

d) Pontos de venda directa dos bens produzidos na exploração (quer sejam produtos constantes do anexo I do Tratado ou não);

As operações relativas à transformação e comercialização de produtos agrícolas constantes do anexo I do Tratado, devem apresentar um custo total elegível dos investimentos propostos e apurados na análise do respectivo pedido de apoio igual ou superior a € 5000 e inferior a € 25 000;

e) Produção de energia para venda, utilizando fontes renováveis de energia;

f) Actividades dos serviços relacionados com a agricultura – somente CAE 01610;

g) Não são elegíveis as actividades da CAE 031.

3. Área geográfica elegível

O território de intervenção definido no âmbito da Estratégia Local de Desenvolvimento que é composto por todas as freguesias dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Gavião, Mora e Ponte de Sôr, e que integram a Zona de Intervenção da Leadersor.

4. Dotação orçamental

A dotação orçamental de despesa pública, do apoio a conceder afecta ao presente Concurso é de € 691.700,79 (seiscentos e noventa e um mil, setecentos euros, e setenta e nove centimos).

5. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio

Entre o dia 15 de Março de 2012 e o dia 15 de Maio de 2012, até às 17 horas.

6. Beneficiários

Titulares de uma exploração agrícola ou membros do seu agregado familiar.

7. Metodologia de apuramento da Valia Global da Operação (VGO) e Valia Global mínima ou outro critério de selecção

A hierarquização dos pedidos de apoio é feita por ordem decrescente do valor obtido pelo cálculo da VGO, apurada através da aplicação da seguinte fórmula, sendo a VGO mínima da operação de 10 pontos:

$$VGO = 0,40 VTE + 0,40 VE + 0,20 VB$$

Em que:

VTE – Valia técnico-económica da operação, que valoriza a qualidade patrimonial e a qualidade técnica da intervenção.

VE – Valia estratégica, valoriza o enquadramento e a contribuição da operação para os objectivos estratégicos e específicos da ELD (Estratégia Local de Desenvolvimento).

VB – Valia do beneficiário, valoriza o empreendedorismo em que se analisa a capacidade técnica e natureza do promotor.

7.1. Metodologia de Cálculo da Valia Técnico-económica da Operação (VTE)

$$VTE = 0,40 QT + 0,40 VEF + 0,20 PT$$

A metodologia de cálculo da Valia Técnica da Operação considera a medição do efeito da operação nos seguintes vectores:

QT – Qualidade técnica do PA – verifica-se a coerência técnica e orçamental do PA.

VEF – Viabilidade económico-financeira – é atribuída de acordo com o Valor Actualizado Líquido, tendo a actualização como referência a taxa de refinamento do Banco Central Europeu, em vigor à data de apresentação do pedido de apoio.

PT – Postos de trabalho – valoriza-se o número de postos de trabalho criados pela operação.

7.2. Metodologia de Cálculo da Valia Estratégica (VE)

$$VE = 0,40 OE + 0,20 PVA + 0,20 CI + 0,20 RP$$

A metodologia de cálculo da Valia Estratégica considera a medição do efeito da operação nos seguintes vectores:

OE - Prossecução dos objectivos da Estratégia Local de Desenvolvimento – verifica-se se a operação concorre para a concretização dos objectivos das áreas temáticas da ELD.

PVA - Contribuição para a preservação e valorização ambiental e/ou eficiência energética – analisa-se se a operação tem em conta a preservação e valorização do ambiente e da natureza.

CI - Carácter inovador – analisa-se a operação tendo em conta o seu carácter inovador dentro da ZI da Leadersor.

RP - PROVERE – verifica-se se é um projecto reconhecido no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos.

7.3. Metodologia de Cálculo da Valla do Beneficiário (VB)

$$VB = 0,40 CTP + 0,40 TP + 0,20 RR$$

A metodologia de cálculo da Valia do Beneficiário considera a medição do efeito da operação nos seguintes vectores:

CTP – Capacidade técnica do promotor - analisa-se a operação tendo em conta a experiência profissional e formação académica do promotor (quando o promotor for uma entidade este critério é calculado tendo por base a pessoa que a representa em termos legais).

TP – Tipo de promotor – analisa-se a operação tendo em conta o género e a idade do promotor (quando o promotor for uma entidade este critério é calculado tendo por base a pessoa que a representa em termos legais).

RR – Residente / Sede na Região – valoriza-se a operação tendo em conta se o promotor reside ou no caso de entidade tem a sua sede na Zona de Intervenção da Leadersor.

7.4 Cálculo da Pontuação do Pedido de Apoio

A pontuação do PA efectua-se de acordo com a seguinte metodologia:

- Cada factor é pontuado de 0 a 20 pontos;
- Através da aplicação dos ponderadores definidos para cada um dos factores, calcula-se o valor de cada uma das três componentes;
- Com base no somatório das componentes determina-se a Valia Global da Operação (VGO);
- Os PA são hierarquizados de acordo com a Valia Global obtida (arredondamento às duas casas decimais);
- Para efeitos de selecção, serão considerados apenas os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final (VGO) igual ou superior a 10.

8. Forma, nível e limites dos apoios

O financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável. Os níveis dos apoios a conceder são os constantes no quadro seguinte:

Investimentos	Sem criação de postos de trabalho	Com criação de um posto de trabalho	Com criação de dois postos de trabalho
≥ 5 000€ e ≤ 300 000€	40%	50%	60%

O financiamento das operações tem de cumprir com o Regulamento *minimis* (CE) nº. 1998/2006, de 15 de Dezembro.

Cada beneficiário não pode exceder um limite máximo de 2 PA.

9. Despesas elegíveis e não elegíveis

As despesas elegíveis e não elegíveis são as constantes do Anexo III das Portarias nº 814/2010, de 27 de Agosto, nº 905/2009 de 14 de Agosto e nº 520/2009, de 14 de Maio. São elegíveis as despesas efectuadas desde o dia 30 de Abril de 2011, desde que as respectivas operações não estejam concluídas antes da aprovação dos pedidos de apoio.

10. Apresentação dos pedidos de apoio

Os pedidos de apoio deverão ser apresentados em suporte digital e em suporte de papel em formulário próprio disponível para download no site www.leadorsor.pt.

- Em suporte de papel, entregue na morada da Leadorsor na Zona Industrial, Rua E, Lote 79, Edifício Nuno Vaz Pinto, 7400-211 Ponte de Sôr.
(A apresentação dos Pedidos de Apoio via postal deve ser efectuada por correio registado com aviso de recepção, contando como data de apresentação a data e hora do carimbo do correio.)
- Por via electrónica, para o endereço leadorsor@mail.telepac.pt.

Os Pedidos de Apoio são constituídos por um dossier organizado, contendo para além dos formulários devidamente preenchidos, toda a documentação complementar exigida conforme Guião de Preenchimento do Formulário, a apresentar junto do GAL, até 5 dias após a recepção e validação do Pedido de Apoio apresentado.

11. Meios de divulgação e informação complementar

O presente Aviso e outras orientações técnicas e informações relevantes, nomeadamente legislação, formulários e notas técnicas, incluindo as relativas à localização e delimitação geográfica dos investimentos, estão disponíveis no sítio da Internet do PRODER, em www.proder.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos recorrendo às FAQ também disponíveis naquele sítio, bem como no GAL LEADERSOR através do seu sítio em www.leadorsor.pt ou através do nº 242 204 101.

Nota: O presente aviso não dispensa a consulta da legislação nacional e comunitária aplicável.

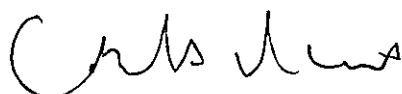
Ponte de Sor, 20 de Fevereiro de 2012

O Presidente do Órgão de Gestão do GAL LEADER



(Eng.º Francisco Garcia de Almeida Garrett)

Aprovado pelo Gestor do PRODER, em 27/02/12



A Gestora do PRODER

(Dr.ª Gabriela Ventura)